

# **Gênero e ação coletiva: o lugar das mulheres nos movimentos urbanos contemporâneos / Gender and collective action: The role of women in contemporary urban movements**

Emilayne da Silva Souto\*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo pensar as mulheres como protagonistas dos movimentos urbanos contemporâneos, seja em termos de lutas por moradia ou em termos de lutas por reconhecimento, seja em termos de movimento feminista ou movimento de mulheres, seja através de reivindicações igualitaristas ou diferencialistas. A partir de uma revisão das abordagens teóricas dos estudos de gênero, me proponho a refletir a ausência da perspectiva de gênero nos estudos sobre ação coletiva, bem como a invisibilidade das mulheres como atrizes centrais, não obstante presença majoritária, dentro movimentos sociais urbanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Ação coletiva. Movimentos urbanos.

## **ABSTRACT**

*This paper aims to think women as protagonists of urban social movements, be it as in struggles for housing or recognition, or as in egalitarian feminist or women focused revindications. Through a revision of the theoretical approaches to genre studies, I propose to reflect about the absence of the genre perspective on researches and studies of collective action, or the central role women take in diverse social movements, albeit their relevant presence.*

**KEYWORDS:** Gender. Collective action. Urban movements.

---

\* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa – PB – Brasil. E-mail: [emilaynesouto@hotmail.com](mailto:emilaynesouto@hotmail.com).

## Introdução

Movimento de mulheres, movimento feminista, estudos das mulheres, estudos feministas, estudos de gênero, os dilemas entre igualdade e diferença, entre redistribuição e reconhecimento nos movimentos sociais, o feminismo e suas contribuições para os novos movimentos sociais, patriarcado, dominação masculina, pós-estruturalismo, todos estes são termos com os quais me deparei, atônita, quando adentrei nos estudos de gênero.

À frase, tão repetidamente celebrada, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, me foi acrescentada que “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”. Mal entendi a conceituação do sistema sexo-gênero que Gayle Rubin - entre Lévi-Strauss, Freud e Marx -, me falava, e já me vi enredada no desconstrucionismo derridariano de Judith Butler. Vi-me entre o desconforto da desconstrução e o desafio de trabalhar gênero como categoria relacional. Mal entendi o feminismo e suas etapas históricas - aquilo que chamam de três ondas feministas: a fase universalista, a fase diferencialista, a fase pós-moderna. Mal entendi a passagem da Mulher, com letra maiúscula, singular e universal, para as mulheres, minúsculas, plurais e localizadas, e já me vi desnorteada com a proposição de que não fazia sentido algum reivindicar nada em nome das mulheres porque as mulheres não existiam em si. Não entendi como algumas feministas que se colocavam como críticas de *O Segundo Sexo* o faziam atribuindo sua explicação filosófica a Sartre, para quem ‘ser’ nada mais é do que um constante ‘vir a ser’, ao mesmo tempo em que esperavam que, em 1949, Beauvoir utilizasse o termo ‘mulheres’, no plural, quando fazia mais sentido, em plena luta por direitos civis e políticos, reivindicar iguais condições de existência para a “Mulher”. Em defesa de Beauvoir, concordo com Saffioti (1994), quando esta afirma que reside, em *O Segundo Sexo*, a manifestação primeira do conceito de gênero. O tornar-se mulher enfatiza que é preciso aprender a ser mulher, logo, o que se tem como feminino não está na biologia nem designado pela anatomia do corpo em que se encontra, e, sim construído, pela sociedade. Ainda em defesa de Beauvoir, concordo com Lauretis (1994), quando ela afirma que o problema maior está em que as mulheres (até mesmo as feministas) continuem a se tornar Mulher, continuem fixas, presas ao seu gênero, embora saibam que são sujeitos históricos governados por relações sociais concretas.

Foram tantos não-entendimentos que se tornou difícil compreender como eu poderia trabalhar gênero dentro dos movimentos sociais urbanos, pensando ora em termos de lutas por reconhecimento, ora em termos de direito à cidade e diante de tantas

conceituações e atribuições distintas. Pensando em movimento social, refletia, de um lado, com Perry Anderson, para quem não fora o marxismo a grande revolução do século XX, mas o feminismo, e, do outro, havia Bourdieu, que pensava mais em termos de conservação do que mudança social. Indagações outras surgiram em mim ao ler a Lucila Scavone, em texto proferido no XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2005, sobre se é possível uma sociologia feminista, quais são seus sentidos e suas limitações. Indagava-me assim sobre as relações entre as questões de gênero e o fazer científico. Penso que, como apontam Heilborn e Sorj (1999), trabalhar gênero como categoria de análise implica compreender a relevância das relações de gênero na organização da vida social, mas implica também entender como o gênero afeta a própria produção do conhecimento científico. Segundo elas,

a despeito de mudanças recentes, ainda é notório o fraco interesse que o tema tem despertado entre profissionais homens, fenômeno observado internacionalmente. Por um lado, isto reflete o peso que a hierarquia de prestígio entre os sexos tem em ordenar objetos científicos e cientistas; por outro, a percepção de que existe uma forte associação entre a área de estudos de gênero e movimentos de mulheres dificulta a incorporação de pesquisadores homens. Segundo, os temas favoritos dessa área continuam a ser aqueles mais próximos da experiência das mulheres como família, sexualidade, trabalho, educação, o que acaba por reforçar a imagem que esse é um assunto sobre e para mulheres (HEILBORN e SORJ, 1999, p.189)

À primeira vista, tomar a produção científica como androcêntrica, e as teorias sociológicas não se configuram em exceção, parece situar-se nas versões mais radicais das feministas acadêmicas. Todavia, um episódio recente denota o quanto se faz necessário postular críticas à produção do conhecimento científico. No início de junho de 2015, durante palestra realizada na Conferência Mundial para Jornalistas de Ciências, o cientista Tim Hunt, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia de 2001, teceu o seguinte comentário a respeito das mulheres na ciência: “três coisas acontecem quando há mulheres no laboratório: você se apaixona por elas; elas se apaixonam por você; e elas choram quando são criticadas”<sup>1</sup>. O caso ganhou repercussão internacional. Muitos cientistas, homens e mulheres, se posicionaram contra a “piada”. A Royal Society, corporação de cientistas britânicos da qual Hunt fazia parte, divulgou uma nota

---

<sup>1</sup> Sobre a repercussão internacional do caso, ver mais em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150611\\_cientista\\_renuncia\\_comentarios\\_sexista](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150611_cientista_renuncia_comentarios_sexista)

lamentando o ocorrido e afirmando que “muitos indivíduos talentosos não atingem plenamente seu potencial científico por questões de gênero”.

Diante de tantos não-entendimentos, e tendo sempre em mente o questionamento sobre quais são os sentidos da ação política e as possibilidades de agência dos sujeitos, passei a me questionar como é possível, como afirma Gohn (2007), não obstante presença majoritária nos movimentos sociais, que ainda hoje perdure um processo de invisibilidade da atuação das mulheres. Sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais,

as mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm todos os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas (...). Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas (GOHN, 2007, p.45).

Citando Beth Lobo, Gohn (2007) ressalta que frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares sempre foram, de fato, atrizes. Como sujeitos históricos, as lutas das mulheres datam de vários séculos, desde as sociedades mais antigas até os tempos atuais. No entanto, foi apenas com o feminismo que as mulheres ganharam visibilidade na esfera pública enquanto coletivo, enquanto atrizes principais nos movimentos sociais. Segundo Scott, o feminismo tem sua importância na medida em que

assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas (SCOTT, 1994, p.69).

Pensando nos termos de Scott (1994), segundo a qual é preciso tornar histórico o que fora escondido da história, se as mulheres participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana, então por que e desde quando elas são invisíveis como sujeitos históricos? Ou ainda, como explicar a ausência das mulheres na política e na ciência? Como explicar os fatores políticos, econômicos e sociais que obstruem – muitas vezes minam – as possibilidades das mulheres assumirem posição de liderança nos

movimentos sociais? Para Scott (1990), a exploração dessas perguntas faz emergir uma história política que sempre fora encenada no terreno do gênero, que sempre fora utilizada para justificar determinadas posições de desigualdade no campo político, econômico, científico, social.

Neste ponto, é pertinente esclarecer que não pretendo elaborar um apanhado histórico demasiado alongado ou mesmo uma genealogia da categoria gênero nem da categoria de movimentos sociais. Quanto aos movimentos sociais, existem estudos teóricos que tratam com afinco das mais diversas perspectivas sobre o tema (Castells, 1999; Gohn, 1997; Melucci, 1987; Scherer-Warren, 2006; Touraine, 1987). De forma geral, tomo a definição de movimento social como sendo

uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico (GOHN, 2007, p.242)

Dito isto e, tendo em vista que a categoria gênero encerra em si uma gama variada e complexa de abordagens teóricas, ora se faz necessário apresentar algumas considerações sobre estas abordagens.

## **1. Repensando as relações sociais de gênero: algumas abordagens teóricas de gênero**

No que tange ao lugar da mulher nos movimentos sociais urbanos, me interessa saber como se estabelece a participação das mulheres dentro de movimentos populares enquanto sujeitos que reivindicam, através do reconhecimento de identidades próprias, transformações sociais e políticas. Mas, mais do que isso, como se constituem e são constituídos esses sujeitos/mulheres que se insurgem contra, por exemplo, políticas de reurbanização local empreendidas pelo poder público. Ainda, como se constituem os percursos de participação política das mulheres dentro dos movimentos sociais urbanos, considerando a questão de gênero.

Analisar as formas como sujeitos são constituídos dentro das relações de gênero implica tomar esses sujeitos enquanto constituídos por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas (Scott, 1990). Implica ainda considerar que esses sujeitos não

existem enquanto categorias universais, essencializadas, mas que são contingentes e políticos. Neste sentido, como categoria de análise, gênero se apresenta aqui de forma assertiva, levando-se em conta, segundo Safiotti (1994), seu “universo conceitual relacional”, ou seja, que gênero não é sinônimo de mulher e não atua apenas nas relações binárias homem-mulher, mas em quaisquer configurações de gênero possíveis. Ademais, como bem expressa Scott (1990), utilizar o termo gênero como categoria de análise no lugar de “mulheres” implica necessariamente em estudos sobre os homens, na medida em que

esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1990, p.7).

Para Scott (1990), fazer um estudo a partir dessas premissas, permite problematizar categorias unitárias e universais ao se colocar em xeque conceitos que geralmente são considerados como naturais, como os de “homem” e “mulher” ou de “natureza” e “cultura”. Como grande contribuição, Scott evidencia que não se pode entender o corpo fora da cultura, na medida em que não existem experiências corporais que não estejam inscritas nos processos sociais e históricos de construção de significados. Segundo ela, “masculino e feminino não são características inerentes e sim edificações subjetivas (ou fictícias) que se encontram num processo constante de construção” (SCOTT, 1990, p.16) ou, ainda, “são categorias vazias e transbordantes, sem significado definitivo e transcendente”. Em última instância, o gênero seria, portanto, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

Dito isto, me volto à chave de acesso do presente trabalho: repensar as relações de gênero a partir de um apanhado sobre suas diferentes abordagens. No que tange aos problemas teórico-conceituais desenvolvidos pelos estudos de gênero e feministas, Scavone ressalta que

as questões básicas da historicidade (por que, como, quando) da ‘dominação masculina’ deram lugar a inúmeras teorias explicativas e conceitos, que, com base em um diálogo com o marxismo, com o estruturalismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo, passaram a integrar o universo das teorias sociais contemporâneas. Entre esses conceitos, o mais integrado às pesquisas sociológicas na academia brasileira e internacional é o conceito de gênero, que dá nome a esses estudos e responde pela construção social das diferenças entre os sexos. As

diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes (SCAVONE, 2008, p.179)

Em termos de referências teóricas sociológicas, o conceito de gênero pode ser associado a duas principais linhas de pensamento: à tradição anglo-saxã, funcionalista, e à tradição francesa, eminentemente marxista. Vale destacar que a linhagem francesa nunca incorporou o conceito de gênero, *gender*, utilizando em seu lugar o conceito de “relações sociais de sexo” (*rappports sociaux de sexe*). No que se refere às contribuições do pensamento funcionalista para os estudos de gênero, tem-se que este

forneceu conceitos básicos, como papel sexual e status, através dos quais as diferenças entre homens e mulheres foram estudadas (...) supriu os estudos de gênero com a hipótese de que as diferenças sexuais são mais centrais na instituição familiar do que em qualquer outra instituição social e que os arranjos de gênero funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social. Finalmente, as análises sociológicas no conceito de papéis sexuais desafiaram as visões essencialistas da biologia e da psicologia sobre as identidades humanas na medida em que facilitou o reconhecimento de que os indivíduos se constroem por intermédio da vida social (HEILBORN e SORJ, 1999, p.197).

Para as autoras, no entanto, ao associar gênero a papel social, as leituras funcionalistas acabaram limitando-se muito aos comportamentos individuais, deixando a desejar quando o foco de análise se volta para a organização mais macroestrutural da vida social. É justamente na capacidade explicativa das relações de gênero no interior das instituições sociais que as feministas marxistas focam suas análises. Segundo Heilborn e Sorj (1999, p.198), embora “as categorias centrais do marxismo focalizadas na produção, trabalho e classes sociais sejam mais androcêntricas do que as noções de papel sexual apresentada pelo funcionalismo”, o debate situado nas relações entre família, trabalho e política permitiu que as análises de gênero saíssem dos limites da família, do âmbito privado, do trabalho doméstico.

Nos anos 1990, o conceito de gênero ganhou novos contornos ao ser incorporado pela teoria *queer*. Autoras como Delphy, Wittig e Butler, passaram a focar os *transgender* (gays, lésbicas, transexuais, travestis), questionando “a normatividade heterossexual ao ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade” (SCAVONE, 2008, p.180). Ainda nos anos 1990, foi publicado *A Dominação Masculina*, de Bourdieu (2002). Apesar de não utilizar a categoria gênero,

Bourdieu enfatiza a construção social dos corpos, a dissimetria fundamental entre os sexos, o papel das mulheres na economia dos bens simbólicos (já descrita por Lévi-Strauss), a violência simbólica que, generativa, produz pensamentos, percepções e expressões e se transfigura em poder, dominação e controle. Partindo da centralidade do habitus na dominação masculina, Bourdieu, ao trabalhar a dominação a partir do corpo, segundo Heilborn e Sorj (1999, p.204), “se propõe a superar a dicotomia entre dominação e consentimento e que atua por meio de uma internalização por parte dos sujeitos, constituindo uma dimensão pré-reflexiva, manifesta nas posturas dos corpos socializados”. Com a incorporação da dominação, Bourdieu explica como, em termos de estruturas sociais, os homens são equacionados à posição de sujeitos e as mulheres à posição de objetos.

Retomando a questão que Scavone (2008) se coloca sobre se é possível uma sociologia feminista, é importante destacar que Bourdieu sofreu uma enxurrada de críticas por parte das teóricas feministas. Primeiro, pelo fato dele praticamente ter ignorado que já havia um vasto desenvolvimento teórico a respeito dos estudos de gênero. Segundo Scavone, em seu primeiro artigo sobre dominação masculina, Bourdieu, em seu papel de intelectual dominante, não incluiu referências substanciais quanto às produções feministas. Em segundo lugar, nos termos dos esquemas de dominação internalizados enquanto habitus, as mulheres apareceriam assim, na teoria da dominação masculina, como responsáveis pela violência que lhe é impingida. Não corroboro com estas críticas, na medida em que, como dito anteriormente, a violência simbólica se exerce e perdura a partir de uma intrincada relação entre dominação e consentimento. Segundo Bourdieu (2001, p.207), a lógica paradoxal da dominação masculina, forma por excelência da violência simbólica e da submissão feminina, que se exerce, ao mesmo tempo, de forma espontânea e extorquida, só pode ser entendida desde que se leve em consideração os efeitos duráveis exercidos pela ordem social sobre as mulheres sob a forma de disposições duráveis.

Gênero, relações sociais de sexo, patriarcado, heterossexualidade normativa, dominação masculina, todos estes termos denotam implicações teóricas, ao mesmo tempo em que reverberam reflexões políticas e sociais. No Brasil, tem-se que na década de 1970, entre os limites do feminismo e da academia, privilegiou-se o uso dos “estudos sobre mulher” para enfatizar a condição das mulheres nas mais variadas esferas sociais, salientando a posição de exploração/subordinação/dominação a que estavam sujeitas. A década de 1980 observou a substituição do termo mulher pela categoria gênero no país.

Grosso modo, essa substituição permitiu enfatizar os aspectos relacionais do processo de construção social de femininos e masculinos. Como categoria relacional, gênero passou a incluir os homens em seus estudos.

A primazia do conceito de gênero em detrimento dos termos mulher e feminismo no país não fora aleatória, ocorrera devido ao fato que, originada nos movimentos feministas, a questão dos estudos das mulheres ou estudos feministas, sendo eminentemente política, não dispunha de aceitação pela academia. Por ser uma história “militante”, estudos feministas, ou a história das mulheres, não era considerado científico. A institucionalização da temática só se deu mediante a diferenciação entre estudos de gênero e os problemas políticos elencados pelo feminismo (HEILBORN e SORJ, 1999, p.187-8). Não fora, entretanto, um fenômeno reservado ao Brasil. Scott (1990) já apontava que

o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 1990, p.6).

Para ela, entretanto, apesar de denotar a aceitabilidade política desse campo de pesquisa e a busca pela legitimidade acadêmica dos estudos feministas, este é apenas um aspecto da questão. De forma que o ponto a ser salientado é a tomada do gênero, como substituto de “mulheres”, enquanto categoria relacional, implicando que a informação a respeito das mulheres necessariamente se configura em informação sobre os homens.

Diante da seara exposta, tendo em vista as implicações e considerações teóricas diferenciadas dentro dos estudos de gênero, a perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho se insere nos estudos do sujeito do feminismo à luz do pós-estruturalismo. Ao pós-estruturalismo, estão associadas as críticas ao universalismo, ao binarismo, ao essencialismo e ao racionalismo iluminista. O sujeito do/no feminismo passa a ser visto então como “algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões” (MARIANO, 2005, p.10).

Partindo das perspectivas de pensadoras pós-estruturalistas como Teresa de Lauretis e Judith Butler, penso na categoria “mulheres” em termos de pluralidades, tomando o gênero como “intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais e de classes das identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2012, p.20), e considerando a identidade como “resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas” (LAURETIS, 1994, p.137).

Dentro dos estudos de gênero sobre as práticas políticas, tenho em mente uma discussão mais acurada sobre a ação política de mulheres diferentemente posicionadas e engendrando identidades dentro de coalizões, de contingências. Para tal, é preciso levar em consideração, segundo Butler, a necessidade da desconstrução da categoria mulher no feminismo, o que acaba por permitir sua ressignificação, na medida em que

a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar (BUTLER, 2012, p.213)

O desafio em estudar as mulheres enquanto sujeitos políticos dos movimentos sociais urbanos se concentra no fato de que estes mesmos sujeitos estão sendo construídos na e através da ação política dentro das próprias mobilizações e reivindicações. Tomando assim esta ação política enquanto processo e as interações entre os sujeitos enquanto produtos e produtores das relações de gênero, dentro daquilo que Lauretis (1994) vai chamar de uma complexa tecnologia política, que abarca os sistemas legais, científicos, religiosos, pedagógicos, psicológicos, dentre outros. Elaborada uma revisão das diferentes abordagens dos estudos de gênero, saliento a perspectiva ora adotada – a da transversalidade de gênero. Por transversalidade de gênero<sup>2</sup>, entendo como sendo a noção de que a construção social de gênero abrange as mais diversas áreas da vida social, por isso a necessidade de pensar em termos de interseccionalidade entre raça, classe e sexo, por exemplo.

---

<sup>2</sup> Sobre o conceito de transversalidade de gênero, ver em: BANDEIRA, L. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM UnB, Brasília, Janeiro, 2005.

A seguir, disserto sobre o gênero em uma teoria da ação coletiva, o objetivo é refletir sobre a perspectiva dos estudos de gênero dentro dos novos movimentos sociais para compreender como se estabelece a participação das mulheres nos movimentos populares urbanos que reivindicam, através do reconhecimento de identidades próprias, transformações sociais e políticas.

## **2. Gênero em uma teoria da ação coletiva: por uma transversalidade**

Tomando como ponto de partida que problemas sociais e pesquisas sociológicas são retroalimentados, justifica-se a existência dos diversos paradigmas nos estudos dos movimentos sociais e como eles têm se superado e se renovado. A pergunta “De onde vêm os movimentos sociais e como eles são formados?” pode ser preenchida com um amplo leque de perspectivas teóricas. Assim, há o paradigma da Mobilização de Recursos – com a perspectiva de construção de estratégias -, o paradigma da Mobilização Política – com a perspectiva de estruturas de oportunidades políticas -, o paradigma dos Novos Movimentos Sociais – com a perspectiva de construção de identidades<sup>3</sup>. Dentre esses paradigmas, percebe-se a oscilação da categoria movimentos sociais entre processos de determinação econômica e a fundamentação da cultura na constituição de sujeitos históricos.

Às teorias dos Novos Movimentos Sociais, associam-se os nomes de Alain Touraine, Jurgen Habermas, Alberto Melucci, Claus Offe, Manuel Castells. Embora não constituam uma escola de pensamento, todos estes autores se apresentam como

críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. Nisso não diferem da Teoria da Mobilização Política. A especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os Movimentos Sociais (ALONSO, 2009, p.59).

Segundo Gohn (1997), como características gerais das teorias dos Novos Movimentos Sociais, tem-se o enfoque nos estudos de cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, solidariedade e processos de formação de identidade. Para estes autores, os

---

<sup>3</sup> Para Inglehart (1971), esses movimentos se diferenciam pela ênfase nas demandas “pós-materialistas”, no sentido em que, organizados por jovens, mulheres, estudantes, de classe média, demandam não apenas melhores condições de vida ou redistribuição de recursos, mas afirmação e reconhecimento dos seus diferentes modos de vida (ALONSO, 2009, p.50).

movimentos sociais são capazes de institucionalizar práticas sociais e modificar a linguagem cultural de sua época, na medida em que representam e lutam por transformações culturais. Tanto para Melucci (1987) quanto para Touraine (1987), os movimentos sociais não devem ser considerados como simples respostas a uma determinada crise. Como “profetas do presente”, eles revelam, antes de tudo, conflitos sociais. Nessa mesma linha, seguem os teóricos contemporâneos Manuel Castells e Axel Honneth. Para ambos, o conflito está na base dos movimentos sociais, é sua mola propulsora. Como aponta Gohn (2011), esses novos movimentos sociais se apresentam assim como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas.

Dentro dos estudos dos movimentos sociais, Castells (2013) e Honneth se destacam pelo enfoque da dimensão individual, da ação social moldada pelas experiências corporais e afetivas. Diferentemente das teorias utilitaristas (Mobilização de Recursos e Mobilização Política), ambos contribuem para a discussão dos movimentos sociais contemporâneos ao demonstrarem a importância das experiências individuais para a mobilização social dentro de uma sociedade injusta e não democrática. Sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, Gohn salienta que

há um novo cenário neste milênio: novos tipos de movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. Proliferam movimentos multi e pluriclassistas. Surgiram movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação, são transnacionais, como o já citado movimento alter ou antiglobalização. Mas também emergiram com força movimentos com demandas seculares como a terra, para produzir (MST) ou para viver seu modo de vida (indígenas). Movimentos identitários, reivindicatórios de direitos culturais que lutam pelas diferenças: étnicas, culturais, religiosas, de nacionalidades etc. Movimentos comunitários de base, amalgamados por ideias e ideologias, foram enfraquecidos pelas novas formas de se fazer política, especialmente pelas novas estratégias dos governos, em todos os níveis da administração. Novos movimentos comunitaristas surgiram – alguns recriando formas tradicionais de relações de autoajuda; outros organizados de cima para baixo, em função de programas e projetos sociais estimulados por políticas sociais (GOHN, 2011, p.344).

Há ainda os movimentos sociais em torno da questão urbana (o movimento Ocupe Porto do Capim<sup>4</sup> pode assim ser considerado como exemplo), movimentos por moradia, movimentos contra a violência, mobilizações em torno da modernização e da expansão

---

<sup>4</sup> Comunidade ribeirinha que vem sendo afetada pelo projeto de Requalificação do Porto do Capim, elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, e que prevê a remoção de aproximadamente quinhentas famílias, cerca de duas mil e quinhentas pessoas do centro da cidade.

dos espaços públicos, movimentos em torno da questão da saúde, movimentos na área de demandas por direitos humanos e dos animais, fóruns de mobilização da sociedade civil (Ex: Fórum Social Mundial), movimentos nos setores de comunicação (Ex: mobilização pela democratização das mídias no país), movimentos contra políticas neoliberais. Segundo Alonso (2009, p.61), os novos movimentos sociais aparecem assim como um novo ator coletivo, portador de um projeto cultural, que demanda não apenas outro tipo de democracia política ao Estado, mas também democracia social, mudanças nas leis, nos costumes e, principalmente, na cultura. Há um forte horizonte normativo em todos esses movimentos que gira em torno da preocupação com a formulação de novos valores e objetivos. Exemplos principais desses novos atores coletivos estão nos movimentos ambientalistas e feministas. Enquanto protagonistas desses novos movimentos sociais, os movimentos feministas, ao politizar o privado, põem em discussão temas como

a forma de organização horizontal e descentralizada das práticas políticas, a valorização das experiências cotidianas e privadas, a reconceituação do mundo privado e do mundo público, o deslocamento dos lugares e dos tempos da política, a reconceituação do que vem a ser participação e representação (PAOLI, 1990, p.116).

Ciente das diferenciações e implicações destas entre as categorias movimentos sociais e ação coletiva, considero, como Tilly e Melucci, movimentos sociais como formas de ação coletiva que se exercem em campos combinados de oportunidades, constrangimentos e estratégias. No entanto, em concordância com Castells e Honneth, o foco de análise para os movimentos sociais aqui posto reside na centralidade da experiência do desrespeito na vida dos indivíduos. Tendo em vista que a própria noção de ação nas ciências sociais é tão problemática quanto os motivos ou as intenções que levam os indivíduos a ela, ambos os autores trabalham a ação social enquanto mediadora das interações sociais e das identidades individuais ao discutirem conceitos como desrespeito, indignação, injustiça, redes e semânticas coletivas dentro dos movimentos sociais.

Em termos de teoria da ação coletiva, o que os movimentos feministas apontam é a “especificidade das práticas e identidades das pessoas que, coletivizando-se, expressam sua experiência de mundo como ação e sociabilidade política” (PAOLI, 1990, p.117). Apesar de propor novos temas, oposições e conceituações, no entanto, seja como “movimento feminista”, seja como “movimento de mulheres”, ao refletir sobre a temática da mulher dentro dos movimentos sociais, o que se tem é que a mulher não possui

visibilidade. Sobre a diferenciação entre “movimento feminista” e “movimento de mulheres”, Gohn ressalta que

as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais. Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz às mulheres, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, estão nas ONGs, nas passeatas, nos protestos, etc. Elas levam à frente campanhas e lutas em que as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como o câncer de seio e outras doenças que atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho – simbólicas e reais, como as salarial, questões sobre o aborto e sexualidade em geral, etc. (...) O “movimento das mulheres” é algo mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde, etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas pelas mulheres (GOHN, 2007, p.41-42).

Apesar de protagonistas nas demandas, segundo Jelin (1987, p.11 apud PAOLI, 1990, p.107), os estudos sobre movimentos sociais praticamente não identificam o gênero de seus participantes nem se questionam sobre o caráter que este imprime à participação, às práticas coletivas e aos sentidos da ação. Tratam da temática como se o movimento fosse assexuado. Neste sentido, ao refletir sobre o gênero em uma teoria da ação coletiva, sobre a perspectiva de gênero dentro dos movimentos urbanos contemporâneos, considero necessário pensar a partir de dois pontos: gênero como categoria relacional e transversal (Scott, 1990; Lauretis, 1994) e a problemática da igualdade e da diferença, ou ainda do reconhecimento ou redistribuição, nos movimentos sociais (Santos, 1999; Fraser, 2007; Honneth, 2007; Pierucci, 1999).

Enquanto categoria transversal e relacional, trabalhar as relações sociais de gênero como construções de significantes e significados implica que

embora os significados constituintes das diferenças de gênero possam estar funcionando “todo o tempo” eles são atravessados por outros discursos: discursos de outras identidades e discursos cristalizados da repetição, das tradições, dos estereótipos, todos postos em operação em contextos específicos (...) o que a emergência dos movimentos sociais nos faz compreender mais profundamente é que as relações sociais podem estar todas, em sua diversidade, prefiguradas no mundo, mas são indissociáveis da capacidade de estarem significadas nas ações dos sujeitos. E isto quer dizer que as categorias que figuram as relações sociais – gênero, classe, idade, etnicidade, nacionalidade – vêm à tona

no fluxo e no movimento da temporalidade, inscrita nos sujeitos e em sua ação. Por isso nenhuma delas é, a priori, mais central que as outras quando se trata da constituição da ação e dos sujeitos (PAOLI, 1990, p.118-119).

No que tange à constituição da ação e dos sujeitos, o gênero se apresenta assim como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças entre os sexos”, mas principalmente “um modo básico de significar as relações de poder”. Por isso a importância de problematizar o reconhecimento (ou sua denegação) do gênero nos movimentos sociais. Em referência às críticas pós-estruturalistas às categorias fundantes, ao trabalhar gênero como categoria transversal e relacional, como aponta Scott (1990, p.4), considero que assim como o termo “mulheres” não existe em si, classe, raça, idade, nacionalidade, também não existem em si e a associação “classe, raça e gênero sugere uma paridade entre os termos que na realidade não existe”; existem, na verdade, através da formulação de discursos que os operacionalizam.

Quanto ao debate igualdade / diferença, Boaventura de Sousa Santos (1999) questiona quando é interessante insistir na igualdade e quando interessa insistir na diferença para os movimentos sociais. Seu já clássico aforisma "as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza" coaduna com a perspectiva de Scott sobre o debate. Para ela, no que concerne aos movimentos feministas,

existem momentos em que faz sentido para as mães pedir consideração por seu papel social, e contextos nos quais a maternidade é irrelevante na conduta das mulheres; mas ao defender que ser mulher é ser mãe encobrimos as diferenças que tornam possível essa eleição. Existem momentos nos quais faz sentido pedir uma reavaliação de *status* do que tem sido socialmente construído como 'trabalho de mulher' (...) e contextos nos quais faz muito mais sentido preparar as mulheres para que ingressem em trabalhos 'não tradicionais' (SCOTT, 1999, p.221).

Enquanto Scott (1999), reivindicando o poder analítico da problemática, envereda pelo requerimento da diferença em favor “das experiências das mulheres” como estratégia política para os movimentos feministas, Pierucci (1999), em contraposição, argumenta que os movimentos sociais de esquerda, ao reivindicarem o direito à diferença, acabam recaindo nas “ciladas da diferença”. Em seus estudos, ele relembra que o recurso ao direito à diferença sempre fora uma característica da direita política, que, historicamente, sempre se negara a aceitar o princípio da igualdade entre as pessoas. O racismo, por

exemplo, está centrado no princípio da diferença, na recusa da aceitação étnico-cultural do outro. O problema é que a esquerda, ao reivindicar o direito à diferença, cai numa cilada no sentido que tenta desassociar diferença de desigualdade. Ao mergulhar na lógica diferencialista, acaba-se incorrendo em alguma forma de discriminação. Ao lutar por “igualdade na diferença”, sem atentar para as distinções de valor, a esquerda acaba produzindo uma luta estabelecida mais no discurso do que na realidade, enquanto a direita a exerce de forma concreta. Para ele, a tentativa da desconstrução igualdade/diferença acaba por exigir “um trabalho intelectual muito sofisticado e cheio de sutilezas, que torna difícil de ser apreendido pela militância” em face da inconciliável luta pela igualdade junto com a defesa da diferença. (PIERUCCI, 1999, p.49). Para Fraser (2007), esse debate não se sustenta, na medida em que ao lutar por políticas de ações afirmativas, por exemplo, os movimentos sociais acabam por reivindicar o reconhecimento da diferença, mas, o mais importante, exigem do Estado as possibilidades de acesso à igualdade.

Ainda dentro deste debate, Paoli (1990, p.108) interroga se a luta por reconhecer o gênero nos movimentos sociais se configura numa luta comum por um objetivo geral, pela cidadania baseada na igualdade, ou se pelo direito de sustentar a diferença que encena. Segundo Macedo (2002), o contexto urbano articula uma pluralidade de lógicas e contrastes que atingem de forma diferenciada os diversos segmentos sociais, variando com o recorte de classe, racial, de orientação sexual, de orientação religiosa, de gênero, etc. Pensar nesse contexto as múltiplas formas de opressão que aproximam e diferenciam os sujeitos requer, portanto, uma combinação de arranjos que expliquem sua existência. Em termos de semelhanças e diferenças, tem-se, por exemplo, que homens e mulheres, na luta pela ocupação de determinado espaço urbano, podem partilhar da mesma situação de despossessão de moradia e estarem unidos na mesma causa. No entanto, eles vivenciam de formas distintas em seu cotidiano a luta política devido aos fatores diferenciais daquilo que, dentre outros autores, Lauretis (1994) vai chamar de experiência de gênero. Por experiência de gênero, ela toma como sendo

processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais. Procurei definir experiência mais exatamente como um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior (nas palavras de C.S. Peirce). A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as

mulheres, de forma capital – as relações sociais de gênero (LAURETIS, 1994, p.228).

No limite, fica evidente que as mulheres, ao se constituírem enquanto sujeitos sociais, estão cotidianamente reelaborando suas ações a partir de suas experiências de gênero. No Brasil, em meio às lutas populares por moradia, as mulheres, diante das rígidas hierarquias de gênero, de classe, de raça e das demarcadas desigualdades sociais a que estão submetidas, passam a reelaborar tanto a representação quanto a autorrepresentação que possuem sobre o próprio gênero.

### **Considerações finais**

Por fim, considero importante enfatizar aqui as questões estratégicas de análise do espaço da mulher no campo político, tendo em vista que a constituição do sujeito-mulher reorganiza, no seu cotidiano, o espaço público e privado. Dessa forma, pensar as mulheres como protagonistas dos movimentos urbanos contemporâneos, seja em termos de lutas por moradia ou em termos de lutas por reconhecimento, seja em termos de movimento feminista ou movimento de mulheres, seja através de reivindicações igualitaristas ou diferencialistas, requer refletir, sobretudo, a ausência da perspectiva de gênero nos estudos sobre esses movimentos, assim como a invisibilidade das mulheres como atrizes centrais dentro movimentos sociais urbanos, não obstante sua presença majoritária. Acredito que, como salienta Pinto (1992), destas questões vêm à tona as possibilidades de pensar “a mulher, quando visível, emergindo como novo sujeito político e provocando novas relações de poder; e, quando invisível, apresentando-se como objeto de estudo do silêncio do discurso político”, e, acrescento eu, do discurso científico.

### **REFERÊNCIAS**

ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BANDEIRA, L. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – *CEPAL*, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM UnB, Brasília, Janeiro, 2005.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- BRANDÃO, A. C. B. Um Estudo sobre a Desigualdade Espacial em uma Perspectiva de Gênero: o Caso das Trabalhadoras Sexuais do 'Prédio da Caixa' na Cidade de Niterói. In: *II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades*, 2014.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FRASER, N. Reconhecimento sem Ética? In: Souza, J. e Mattos, P. (orgs.) *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo, Annablume, 2007.
- GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- \_\_\_\_\_. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político- culturais e debate teórico no processo democrático. Em: *Revista Política & Sociedade*, 11, 41 -70. 2007.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. Em: *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago, 2011.
- HEILBORN, M. L. e SORJ, B. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- \_\_\_\_\_. Reconhecimento ou Redistribuição? A Mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade.” P. 79-93. in Souza, J. e Mattos, P. (orgs.) *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo, Annablume, 2007.
- LAURETIS, T. de. "A tecnologia do gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n.3, 2005.
- MELUCCI, A. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? *Lua Nova* – São Paulo. Junho, 1987.
- PAOLI, M. C. P. M. As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 31, p. 107-121, 1990.
- PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- RUBIN, G. “The Traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex.” In: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania].
- SAFFIOTI, H. Posfácio: conceituando gênero; Violência de gênero no Brasil contemporâneo, in H. Saffioti. & M. Munhoz-Vargas (Orgs.), *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; Brasília, UNICEF, 1994.

SANTOS, B. de S. A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. *Oficina do CES*, nº 135, Coimbra, Portugal, 1999.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

SCHERER-WARREN, I. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, 2006.

SCOTT, J. W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

\_\_\_\_\_. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, nº. 3, Campinas/SP 1994.

\_\_\_\_\_. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), 1999.

TOURAINÉ, A. Os Novos Conflitos Sociais: para evitar mal entendidos. *Lua Nova* – São Paulo, junho 1987.

*Recebido em: 07 de ago. 2018*

*Aceito em: 22 de nov. 2018*